

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Apodi Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Apodi Participações S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Apodi Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 11 de maio de 2026

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	455	73
Dividendos a receber	6	640	317
Outros ativos		6	4
Total do ativo circulante		1.101	394
Não circulante			
Investimentos	5	23.980	20.743
Total do ativo não circulante		23.980	20.743
TOTAL DO ATIVO		25.081	21.137
Passivo Circulante			
Fornecedores		-	3
Dividendos declarados		318	-
Outros passivos		1	1
Total do passivo circulante		319	4
Patrimônio líquido	7		
Capital social		19.555	19.495
Reserva legal		745	432
Reserva de retenção de lucros		4.462	1.206
Total do patrimônio líquido		24.762	21.133
Total do passivo e patrimônio líquido		25.081	21.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos resultados do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	(488)	(59)
Resultado da equivalência patrimonial	5	6.734	3.342
Lucro antes do resultado financeiro		6.246	3.283
Receitas financeiras		17	3
Despesas financeiras		(1)	(1)
Resultado financeiro		16	2
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		6.262	3.285
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Lucro líquido do exercício		6.262	3.285
Quantidade de ações		19.555.335	19.495.335
Lucro por ação, expresso em Reais		0,32	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	6.262	3.285
Total de resultados abrangentes	<u>6.262</u>	<u>3.285</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva retenção lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.495	268	785	-	20.548
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.285	3.285
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal	-	164	-	(164)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(780)	(780)
Dividendos adicionais	-	-	(1.920)	-	(1.920)
Constituição de retenção de lucros	-	-	2.341	(2.341)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.495	432	1.206	-	21.133
Aumento do capital social	60	-	-	-	60
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.262	6.262
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal	-	313	-	(313)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.487)	(1.487)
Dividendos adicionais	-	-	(1.206)	-	(1.206)
Constituição de retenção de lucros	-	-	4.462	(4.462)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	19.555	745	4.462	-	24.762
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.262	3.285
Ajustes no lucro por:		
Resultado da equivalência patrimonial	(6.734)	(3.342)
Outras adições	-	1
	(472)	(56)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Outros ativos	(4)	(3)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(2)	1
Outros passivos	-	1
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(478)	(57)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos recebidos	3.175	2.760
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos	3.175	2.760
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(2.375)	(2.700)
Aumento (Redução) de capital	60	-
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos	(2.315)	(2.700)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	382	3
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73	70
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	455	73
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	382	3
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Apodi Participações S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 08 de fevereiro de 2017, com prazo de duração indeterminado, com sede social localizada na Rua Olimpíadas, 205, 4º andar, conjunto 41, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a realização de estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas às atividades de geração de energia da Companhia e das sociedades por ela investidas, bem como, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares à consecução do seu objeto social; investimento em novos projetos de infraestrutura e/ou expansão de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, especialmente na área de geração de energia elétrica, incluindo a promoção de estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos da Companhia e sociedades por ela investidas, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento das obras ou da operação e manutenção das instalações; e participação como acionista ou quotista, em outras sociedades que tenham como objeto social exclusivamente a participação em projetos de infraestrutura e empreendimentos na área de energia elétrica no Brasil.

A Companhia é detentora de 12,5% das SPEs: Apodi I, Apodi II, Apodi III e Apodi IV, responsáveis em conjunto pela operação de 162,4 MWp em parques solares na cidade de Quixeré, CE. A energia foi vendida no ambiente de contratação regulado (leilão Aneel 09/2015, de energia de reserva) pelo prazo de 20 anos. O parque está operacional desde novembro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (R1) de Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, não havendo o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e concluíram que as referidas demonstrações contábeis traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 11 de maio de 2026.

2.1. Base de mensuração

Essas demonstrações contábeis estão sendo preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, quando aplicável, referem-se a constituição de ativo ou passivo fiscal diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Investimentos em coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Os investimentos da Companhia em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada.

As demonstrações Contábeis da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda em “Resultado da equivalência patrimonial”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre as coligadas, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui as seguintes participações nas suas coligadas:

	Participação %	
	2025	2024
Apodi I Energia SPE S.A.	12,5%	12,5%
Apodi II Energia SPE S.A.	12,5%	12,5%
Apodi III Energia SPE S.A.	12,5%	12,5%
Apodi IV Energia SPE S.A.	12,5%	12,5%

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

A Companhia classifica o caixa e equivalentes de caixa nessa categoria.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia não apresenta ativos financeiros classificados nessa categoria.

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. A Companhia não apresenta ativos financeiros classificados nessa categoria.

ii) Passivos financeiros classificação e mensuração

A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

A Companhia não apresenta ativos financeiros classificados nessa categoria.

Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

A Companhia classifica o saldo de partes relacionadas nessa categoria, apesar de não haver incidência juros sobre estes lançamentos.

3.3. Tributação

Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, os quais são registrados com base no princípio do regime de caixa e calculados conforme legislação fiscal em vigor, tendo por base o “Lucro Real”.

Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025.

Nesse novo modelo, os tributos PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, e ainda pelo Imposto Seletivo (IS) que assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos.

A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

Potenciais impactos contábeis como reflexo das alterações a serem trazidas pela Reforma tributária, podem incluir:

Impostos indiretos acumulados a recuperar: tributos sobre o consumo (descontinuidade do PIS e da COFINS a partir de janeiro de 2027, redução gradual do ICMS a partir de 2028 até 2033 e do ISS), serão substituídos por novos impostos (IBS) e contribuições (CBS). Consequentemente, a recuperação destes impostos e o prazo de recuperação podem ser impactados.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.5. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.6. Normas e Interpretações novas e revisadas

3.6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes:

- CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. As alterações introduzidas nessa norma, adicionou novos requisitos com o objetivo de auxiliar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista deve ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21, emitido pelo IASB estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade tivesse caráter temporário;
- CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- OCPC 10: Créditos de carbono (TCO2E), permissões de emissão (allowances) e Crédito de descarbonização (CBI), cujo objetivo é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e) a serem observados pelas entidades garantindo que as informações financeiras sejam consistentes e que permitam a sua conexão com o relatório de sustentabilidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia e, portanto, não afetando a sua posição patrimonial e financeira.

3.6.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas:

- IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros, com vigência 01/01/2026.
- IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essa norma dispõe sobre requerimentos relativos a liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de transferência eletrônica de caixa; esclarece e adiciona orientação para avaliar se um ativo financeiro atendo ao critério de somente pagamento de principal e juros, incluindo situações de ocorrência de um evento contingente, adiciona que a entidade deve avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança com características vinculadas a ASG ou ESG, com vigência 01/01/2026.
- Alterações ao IFRS 18 (CPC 51) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis. Essa norma contábil substituirá o IAS 1 (CPC 26), introduzindo categorias definidas para todas as receitas e despesas, tais como: operacionais, de investimentos, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda com o intuito de fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários tornando-se possível comparar o desempenho financeiro de entidades semelhantes, com vigência 01/01/2027.
- Alterações ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, com vigência 01/01/2027.

A Administração segue avaliando os possíveis impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis quando esses entrarem em vigor.

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos	-	10
Aplicações financeiras	455	63
	<u>455</u>	<u>73</u>

5. Investimentos

a) Informações sobre as investidas

	Apodi I	Apodi II	Apodi III	Apodi IV	Total
Investimentos					
Capital Social	35.000	35.000	35.000	35.000	-
Patrimônio líquido	49.000	47.617	47.560	47.660	-
Lucro do exercício	14.652	13.061	13.047	13.110	-
Quantidade de ações possuídas	4.375	4.375	4.375	4.375	-
% de participação	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	-
Resultado da equivalência patrimonial em 2025	<u>1.831</u>	<u>1.633</u>	<u>1.631</u>	<u>1.639</u>	<u>6.734</u>
Saldos em 31 de dezembro 2025	<u>6.125</u>	<u>5.952</u>	<u>5.945</u>	<u>5.958</u>	<u>23.980</u>
Resultado da equivalência patrimonial em 2024	806	834	827	875	3.342
Saldos em 31 de dezembro 2024	<u>5.156</u>	<u>5.188</u>	<u>5.177</u>	<u>5.222</u>	<u>20.743</u>

b) Movimentação dos investimentos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	<u>20.743</u>	<u>20.479</u>
Resultado líquido da equivalência patrimonial	6.734	3.342
Dividendos a receber	(323)	(317)
Dividendos recebidos	(3.175)	(2.760)
Outros	-	(1)
Saldos finais	<u>23.980</u>	<u>20.743</u>

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem a receber os dividendos mínimos obrigatórios das empresas controladas, a seguir:

	Apodi I	Apodi II	Apodi III	Apodi IV	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a receber	<u>174</u>	<u>155</u>	<u>155</u>	<u>156</u>	<u>640</u>	<u>317</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve no ano corrente remuneração da Administração, Diretores e membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha contratos em aberto e não realizou outras operações envolvendo outras partes relacionadas.

7. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 19.555 (19.495 em 31 de dezembro 2024) e está representado por 19.555.335 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	15.571.123	15.523.347
Pacto Solar Participações S.A.	3.984.212	3.971.988
	<u>19.555.335</u>	<u>19.495.335</u>

Aumento do Capital Social

Em 13 de maio de 2025, os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, o aumento do capital social em R\$60.000, mediante emissão de 60.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme o art. 170, §1º, incisos I e II, da Lei nº 6.404/1976.

Com isso, o capital social passou de R\$19.495.335 para R\$19.555.335, dividido em 19.555.335 ações ordinárias.

Do total emitido, o acionista XP Infra II Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura subscreveu 47.776 ações (R\$47.776) e o acionista Pacto Solar Participações S/A subscreveu 12.224 ações (R\$12.224).

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício de 2025, no montante de R\$6.262, será destinado da seguinte forma:

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>6.262</u>	<u>3.285</u>
Reserva Legal 5%	<u>313</u>	<u>164</u>
Saldo inicial	<u>432</u>	<u>268</u>
Reserva legal no ano	<u>313</u>	<u>164</u>
Saldo final	<u>745</u>	<u>432</u>

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>6.262</u>	<u>3.285</u>
Reserva Legal 5%	<u>(313)</u>	<u>(164)</u>
Base para dividendos	<u>5.949</u>	<u>3.121</u>
Alíquota	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>1.487</u>	<u>780</u>

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva de lucros retidos

A reserva de lucros retidos corresponde ao saldo do lucro líquido após a compensação dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, a constituição da reserva legal, e do registro dos dividendos.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	6.262	3.285
Reserva Legal 5%	(313)	(164)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.487)	(780)
Reserva de lucros retidos	<u>4.462</u>	<u>2.341</u>

Movimentação das reservas de lucros retidas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	1.206	785
Dividendos adicionais	(1.206)	(1.920)
Constituição de reservas de lucros retidos	4.462	2.341
Saldo final	<u>4.462</u>	<u>1.206</u>

8. Despesas administrativas e gerais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços de terceiros	(485)	(58)
Despesas gerais e administrativas	(3)	(1)
Total	<u>(488)</u>	<u>(59)</u>

9. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2025, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

APODI PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não realiza operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos. Em função do atual estágio de suas operações, a Companhia não está sujeita aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez ou regulatórios.

Paulo André Garcia de Souza
Diretor

Carlos Eduardo Zazur
Diretor

Iran Oliveira Reis
Contador CRC SP 204136